

A EXPANSÃO DO CRÉDITO NO BRASIL: UMA FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

THE EXPANSION OF CREDIT IN BRAZIL: A TOOL FOR SOCIOECONOMIC DEVELOPMENT

Gabriel de Andrade Ivo

Professor e coordenador de cursos de pós-graduação, MBA em Finanças Corporativas e Controladoria, pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, graduação em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte (MG), Brasil

Data de recebimento: 06-05-2015

Data de aceite: 09-09-2015

Diogo Batista de Freitas Cruz

Mestrando em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento, MBA em Gestão Estratégica de Projetos, MBA em Gestão Estratégica de Logística e Produção e MBA em Gestão de Negócios da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), Belo Horizonte (MG), Brasil

Flavia Braga Chinelato

Doutoranda em Administração, mestre em Administração, Especialista em Gestão Estratégica de Marketing, Logística e Negócios. Graduada em Administração com Habilitação em Comércio Exterior pelo Centro Universitário Una, Belo Horizonte (MG), Brasil

Fabício Ziviani

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Administração Pública – Gestão da Informação pela Escola de Governo Fundação João Pinheiro, professor adjunto do mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da FUMEC, Belo Horizonte (MG), Brasil

RESUMO

O mercado de crédito brasileiro sofre há tempos com a instabilidade macroeconômica e da alta inflação. Porém, desde que a inflação foi controlada e com a implantação do Plano Real em 1994, a quantidade de crédito concedido às famílias aumentou substancialmente. O objetivo deste trabalho é avaliar a evolução do crédito no Brasil, no período recente, mostrando como as políticas adotadas pelo governo influenciaram o consumo das famílias. Nos últimos anos, o crescimento da economia esteve calcado no consumo, principalmente, pelas políticas econômicas e sociais adotadas. Isso permitiu maior acesso a produtos e serviços, porém, menor preocupação com investimento e poupança, impactando diretamente o desenvolvimento e desempenho da atividade econômica. Esses levantamentos são analisados com os demais contidos no artigo, corroborando com o argumento de expansão creditícia e as principais contribuições e necessidades para estudos e acompanhamentos futuros, com base na corrente de trabalhos que estudam as variáveis institucionais.

Palavras-chave: Crédito; desenvolvimento; consumo; expansão; políticas.

ABSTRACT

The Brazilian credit market has long suffered from macroeconomic instability and high inflation. However, since inflation was controlled and the implementation of the Real Plan in 1994, the amount of credit extended to households increased substantially. The objective of this study is to evaluate the evolution of credit in Brazil in recent times, showing how the policies adopted by the government influenced household consumption. In recent years, economic growth has been underpinned in consumption, mainly by the economic and social policies adopted. This allowed greater access to goods and services, but lower interest in investment and savings accounts, which directly impacts the development and performance of economic activity. These surveys are analyzed with others contained in the article, corroborating the argument of credit expansion and the main contributions and needs for future studies and monitoring, based on the work line which studies institutional variables.

Keywords: Credit; development; consumption; expansion; policies.

Endereço dos autores:

Gabriel de Andrade Ivo
gabrielandrade@prof.una.br

Diogo Batista de Freitas Cruz
diogo@grupoatus.com.br

Flavia Braga Chinelato
flaviachinelato@gmail.com

Fabício Ziviani
contato@fabricioziviani.com.br

1. INTRODUÇÃO

Os recentes fatos macroeconômicos acentuaram a preocupação com o incremento e a disponibilidade de crédito privado, ocorrido nos últimos anos, representando possível ameaça à estabilidade econômica. A partir de 2003/2004, os países emergentes, da América Latina e os da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), principalmente os de maior renda per capita e detentores de maior endividamento privado em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), registraram concomitantemente maior crescimento na relação crédito/PIB.

O Brasil vivencia o mais prolongado ciclo de crédito desde a adoção do Plano Real. Os juros bancários permanecem em patamares extremamente elevados, embora com declínio desde 2005. Já o mercado de crédito se mantém em trajetória de expansão desde o início de 2003.

Entre os anos de 1994 e 1995 a relação crédito total/PIB no Brasil iniciou uma queda. Além disso, a expansão do crédito realizada pelos bancos privados foi acompanhada por uma redução dos empréstimos dos bancos públicos, o que é explicado, em parte, pela reestruturação que o setor passou com a implantação do Plano Real e pelas privatizações das instituições públicas. Apenas a partir de 2003 o crédito demonstra recuperação, dando apoio ao crescimento econômico observado recentemente.

Nessa perspectiva, o objetivo principal deste trabalho é discutir a expansão do crédito no Brasil como ferramenta para o desenvolvimento socioeconômico do país, além de apontar as correlações entre as variáveis que possam responder a expansão do crédito no Brasil e sua relação com o PIB. Especificamente, será demonstrada a forte correlação entre o crédito, o consumo das famílias, o papel das instituições e o impacto sobre o PIB.

A importância de estudos que abordam o desenvolvimento socioeconômico está na possibilidade de verificar semelhanças ou diferenças entre

uma série de variáveis que impactam a atividade econômica. A partir desse conhecimento, há a possibilidade de ocorrerem estruturas de políticas públicas que se adaptem à realidade econômica e social do país ou região.

Este artigo está estruturado em duas partes, além desta introdução e da conclusão. A primeira discute a importância do crédito e o papel das instituições na economia, buscando parâmetros para analisar a expansão do crédito no Brasil. Na segunda, realizou-se a análise do ciclo de crédito iniciado em 2003 na economia brasileira, além de seus impactos e, buscou-se realizar um estudo de caso sobre a indústria automobilística, sedimentando o entendimento sobre o assunto.

2. O PAPEL DO CRÉDITO E O COMPORTAMENTO DAS INSTITUIÇÕES NA ECONOMIA

O crédito é de grande importância em uma economia capitalista, por permitir investimento (CARVALHO et al., 2007). Ou seja, ele atua sobre o componente que sofre mais flutuações cíclicas da demanda agregada, que dita o sistema capitalista, pois segundo Kalecki (1983) são as mudanças no investimento que alteram a renda. O crédito é um elemento de desenvolvimento econômico, pois possui capacidade de inovações capazes de dinamizar o ciclo econômico, permitindo ao empresário adquirir forças produtivas importantes para a produção de bens e serviços, sendo um mecanismo indispensável ao sistema capitalista. De acordo com Schumpeter (1997, p. 111):

através do crédito, os empresários obtêm acesso à corrente social dos bens antes que tenham adquirido o direito normal a ela. Ele substitui temporariamente, por assim dizer, o próprio direito por uma ficção deste. A concessão de crédito opera neste sentido como uma ordem para o sistema econômico se acomodar

aos propósitos do empresário, como um comando sobre os bens de que necessita: significa confiar-lhe forças produtivas. É só assim que o desenvolvimento econômico poderia sugerir a partir de um mero fluxo circular em equilíbrio perfeito. E essa função constitui a pedra angular para a moderna estrutura de crédito.

Não se devem menosprezar as operações de crédito indiretamente voltadas à decisão de investir, como o crédito destinado ao consumidor, pois as decisões de investimento dos empresários passam por suas expectativas em relação ao futuro da economia (AL-YOUSIF, 2002). Logo, o papel do crédito destinado ao consumidor funciona como um estímulo adicional às suas decisões. De acordo com Glen e Mondragón-Vélez (2011), deve-se destacar que as expectativas otimistas dos empresários que motivam o investimento devem ser compartilhadas com as expectativas dos bancos.

É muito importante entender o papel das instituições na economia, já que elas são as partes e muitas vezes o todo do desenvolvimento, sendo o seu fortalecimento a condição primária, essencial e anterior ao desenvolvimento (MATIAS, 1999). O papel das instituições é garantir os direitos, ou seja, são as normas de incentivos à atividade econômica. Na ausência de regras que garantem seus direitos, os seres humanos teriam de defendê-los caso a caso, o que, além de oneroso, dificultaria as transações, a concessão de crédito, os investimentos, o desenvolvimento econômico e o progresso social. De acordo com Florenzano (2004, p. 45):

[...] a ordem lógica que governa a sistematização das normas de Direito Econômico está calcada na ideia de estrutura de incentivos, segundo a qual a norma jurídica funciona como sinaleiro (encorajamento de condutas), colocando para os agentes uma disposição de estímulos, que vai direcionar suas decisões relativas à atividade econômica. Essas decisões dos agentes dizem respeito, por exemplo, ao que comprar, como comprar, onde comprar, o que produzir, como

financiar a produção, onde e como produzir, quanto e a que preço produzir.

Em um mundo de concorrência e informações perfeitas não haveria razão para a existência de intermediários financeiros. Os indivíduos poderiam investir em projetos e empresas com retornos ótimos às suas preferências. Os mercados poderiam se especializar em comercializar contratos, provendo uma diversificação eficiente dos riscos. Porém, para explicar a existência dos intermediários é necessário introduzir imperfeições no mercado. Dessa forma, é importante relaxar os pressupostos de informação e competição perfeitas ou mercado sem fricção, mostrando como os intermediários financeiros podem melhorar os resultados obtidos pelo mercado (KEYNES, 1983). Segundo Oliveira, Schiozer e Leão (2014), os intermediários financeiros, especialmente os bancos, reduzem ou minimizam os custos econômicos em diversas transações, diminuindo os efeitos das divergências no mercado.

A necessidade de criar e manter instrumentos para monitorar e impor sanções representa o que se convencionou chamar de “custo de transação”, ou seja, trata-se dos custos associados ao estabelecimento dos contratos explícitos e implícitos que organizam certa atividade. É representado pelo custo de especificar e garantir os direitos de propriedade; pelo custo de medir os atributos dos bens e serviços que são trocados; e pelo custo de monitorar e impor os acordos feitos voluntariamente entre os indivíduos (FLORENZANO, 2004).

Os bancos são capazes de analisar os projetos disponíveis e decidir quem pode ou não receber os recursos, pois segundo Pindyck e Rubinfeld (2006), os credores possuem mais informações sobre o produto/mercadoria que os devedores e com isso os bancos conseguem distinguir os devedores de alta e baixa qualidade, ou seja, os que pagam e os que não pagam suas dívidas. Diminuem os problemas de informações assimétricas, sendo importante entender o banco não apenas como um

intermediário comercial e sim um produtor de informações, que através do relacionamento com os devedores tem um papel fundamental para a eficiente alocação de recursos no mercado de crédito (PAGANO; JAPPELLI, 1993).

Os problemas de assimetria de informação presentes nos mercados financeiros e a existência de custos associados ao contrato direto entre os agentes superavitários e os deficitários, segundo Florenzano (2004), constituem importantes justificativas sobre o papel dos bancos como principais atores na atividade de intermediação financeira. De uma maneira geral, os intermediários econômicos podem ser considerados agentes que compram bens ou serviços para a revenda ou simplesmente ajudam compradores e vendedores (ou indivíduos superavitários e deficitários no caso da intermediação financeira) a encontrarem-se e realizarem as transações.

Os bancos possuem a vantagem de serem instituições preparadas para distinguir os bons dos maus projetos que demandam os recursos, através de sua capacidade de proceder à análise de crédito (BAE; GOYAL, 2009). De acordo com Varian (2006), em mercados caracterizados pela assimetria de informação torna-se indispensável à seleção entre transações de maior e menor risco, a fim de que possíveis perdas sejam evitadas, ou seja, um credor (banco) com maior capacidade de reunir informações pode mais facilmente distinguir entre alto e baixo risco, aumentando assim sua utilidade esperada. Na medida em que os bancos são capazes de identificar bons projetos, seus ganhos também crescem, implicando em mais investimento em produção de informação, que por sua vez implica em aumento da eficiência no processo de seleção entre as transações (TSAI; CHANG; HSIAO, 2011).

Para que as transações sejam efetuadas de forma correta e desejada não basta a existência de agentes superavitários, deficitários e dos intermediadores, pois a legislação (normas de incentivos) possui um papel fundamental no processo. Segundo Florenzano (2004) o risco da atividade econômica

pode ser distribuído de várias formas em caso de falências. No caso brasileiro, a parcela maior é suportada pelos investidores, ficando os bancos e os fornecedores com uma parcela menor, e outra, ainda menor, com os trabalhadores e os consumidores. No caso estadunidense, por exemplo, acontece o contrário, ocorrendo uma inversão na ordem de preferências. Que diferença isso faria no processo produtivo e liberação de crédito? Em suas palavras,

a diferença que isso faz é enorme, pois a estrutura de incentivos que resulta da legislação americana é muito mais favorável à atividade econômica. Por uma razão bastante compreensível: encoraja a concessão de créditos, portanto, expande a oferta de crédito, reduz as taxas de juros e estimula os investimentos. (FLORENZANO, 2004, p. 48).

Comparando a legislação que era vigente no Brasil e nos Estados Unidos, é possível afirmar que, um pequeno empreendedor, ao buscar um empréstimo em uma instituição financeira estadunidense, terá mais chance de obter o crédito do que no Brasil, pois a exigência de garantias é menor. "O resultado prático é que nos Estados Unidos mais empreendimentos são financiados pelas instituições financeiras comparativamente ao Brasil" (FLORENZANO, 2004, p. 49), garantindo maior eficiência econômica e social, com mais investimentos, renda e empregos gerados.

Com a nova lei de falência (Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005), os créditos trabalhistas passaram a ter preferência, assumindo o quadro geral de credores, porém com um limite, um teto, no valor de 150 salários mínimos. Pela nova sistemática, os bancos que concederem empréstimos com garantia real às empresas que vierem a falir terão preferência sobre o fisco¹, não existindo limitações, neste caso, quanto

¹ Fisco é o conjunto de órgãos da administração pública encarregados da arrecadação de tributos e da fiscalização dos contribuintes (FERREIRA, 2004).

ao valor. Essa disposição representa um privilégio dado aos bancos e uma garantia de recuperação dos créditos concedidos, uma vez que é prática comum das instituições financeiras, a vinculação de bens móveis (máquinas em geral) e imóveis da empresa, em garantia, nos contratos de financiamento formalizados. Porém, a eficiência econômica estadunidense continua sendo melhor quando comparada ao caso brasileiro (DJANKOV; MCLEISH; SHLEIFER, 2007).

Muitas vezes, no Brasil, quando a lei garante os direitos do credor, o judiciário acaba por não defendê-los adequadamente, deixando um questionamento, segundo Pinheiro (1998): será que o tamanho do mercado de crédito no Brasil e o crescimento econômico dependem da eficiência do judiciário? Nas palavras do autor,

há várias razões porque judiciários eficientes estimulam o crescimento econômico. Ao proteger a propriedade e os direitos contratuais, reduzir a instabilidade da política econômica e coibir a expropriação pelo Estado, judiciários fortes, independentes, imparciais, ágeis e previsíveis estimulam o investimento, a eficiência e o progresso tecnológico. A evidência empírica indica, de fato, que o sacrifício em termos de crescimento econômico da ineficiência judicial é significativo [...] (PINHEIRO, 2003, p. 382).

Dessa forma, não bastam informações simétricas e uma legislação eficiente para assegurar crédito proveitoso e financiamento para garantir que as empresas brasileiras alcancem produção adequada e geração de emprego, renda e consequentemente crescimento econômico. É de extrema importância que o judiciário brasileiro acompanhe de forma correta o setor financeiro, ou seja, a eficiência do judiciário influencia e muito a capacidade do mercado de crédito e o crescimento econômico.

3. O CRÉDITO NO BRASIL

3.1. A retomada do crédito no Brasil

A partir do ano de 2003 observa-se um aumento expressivo na concessão de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) aos setores público e privado. Esse crescimento foi incentivado pelo bom momento que passou a economia mundial nos últimos anos. A expansão dos empréstimos apresenta um resultado bem melhor do que o ocorrido nos seis anos anteriores a 2003. De janeiro de 1997 a dezembro de 2002, o crescimento foi de 49,84%² aumentando 7,42%² de 253,3 para 379,5 bilhões contra um aumento de 223,61% de janeiro de 2003 a dezembro de 2008. O salto nesse período foi de 379,2 bilhões para mais de 1,227 trilhões (Gráfico 1).



Gráfico 1 – Operações de crédito aos setores público e privado (em milhões de R\$)³

Fonte: Elaborado pelos autores

Se considerado apenas o crescimento do crédito do setor privado direcionado à pessoa física, o crescimento foi ainda maior. De janeiro de 2003 a

2 O cálculo foi feito a partir da diferença entre o valor observado em dezembro de 2007 e o valor observado em janeiro de 2002 dividido pelo valor em janeiro de 2002.

3 Refere-se ao crédito do sistema financeiro, exceto com intermediários financeiros, tendo como base o documento contábil Estatística Econômico-Financeira (Estfin), anexo obrigatório do balancete contábil mensal das instituições financeiras. Inclui recursos livres e direcionados.

dezembro de 2008 o crescimento foi de 372,72%, saltando de 82,4 para 389,5 bilhões no período. Após 2008, esses números são ainda mais expressivos, demonstrando uma economia calcada no consumo vinculado ao crédito. O maior volume de crédito direcionado às famílias dá forte impulso à demanda agregada, incentivando a produção e o investimento. Nesse mesmo período o crédito para a indústria teve aumento de 155,95%, passando de 115,8 para 296,4 bilhões. O crédito para o setor público aumentou 110,78%, passando de 13,4 para 27,2 bilhões.

São vários os indicadores que podem ser usados para explicar o maior volume de crédito nos últimos seis anos. Houve nesse período aumento da renda real dos trabalhadores (Gráfico 2). Também houve queda na taxa de juros das operações de crédito direcionado à pessoa física. Foram criadas, nesse período, novas modalidades de crédito, como o empréstimo consignado com desconto em folha de pagamento. Segundo Barros (2007, p. 6), “o alongamento dos prazos de financiamento, a flexibilização de normas por parte de autoridades monetárias na concessão de

crédito para todos os setores e o forte avanço do crescimento econômico” foram condicionantes para a maior expansão do crédito nesse período.

Os empréstimos concedidos à pessoa física superaram os concedidos à indústria, subindo, nesse período, mais que o dobro do que os direcionados à produção industrial: 372,72% contra 155,95%. Esse fato foi fortemente influenciado pelo aumento do número de bancos populares que oferecem crédito consignado à pessoas de baixa renda, privilegiando, contudo, os funcionários públicos que representam menores riscos de inadimplência.

No período entre janeiro de 2003 e dezembro de 2008 houve aumento em termos percentuais da participação do consumo final das famílias no PIB. O percentual que estava abaixo de zero em 2003 chegou a 3,7% do PIB em 2007 e 4,2% em 2010 (Gráfico 3). A crise estadunidense em 2008 desacelerou o crescimento do crédito e reduziu o consumo, que teve picos estimulados por ações do governo, contribuindo para a sustentação da atividade econômica.

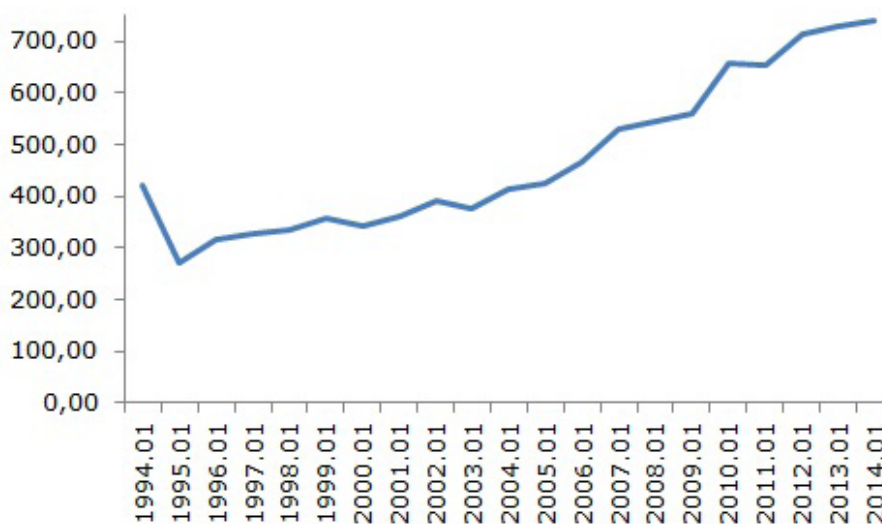


Gráfico 2 – Salário mínimo real (R\$)

Fonte: Elaborado pelos autores

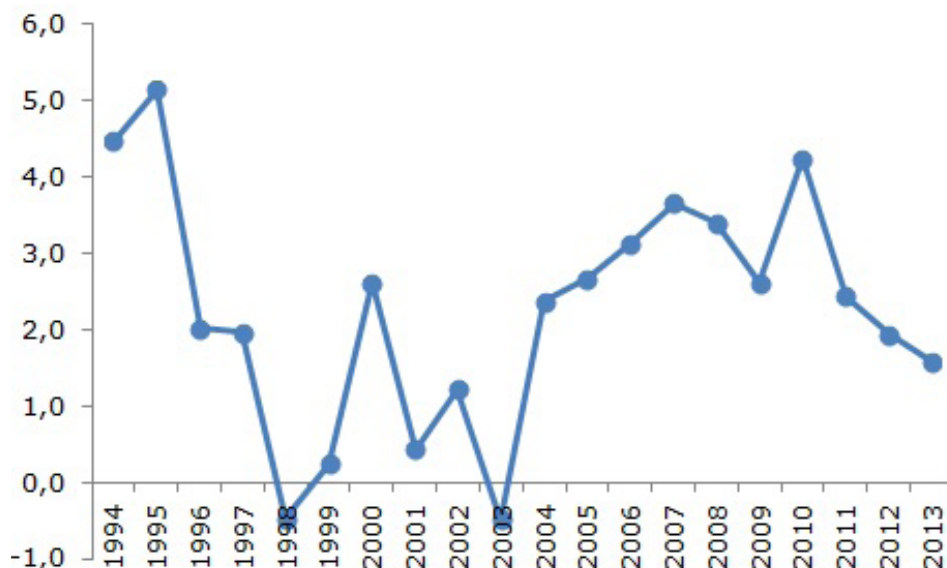


Gráfico 3 – Consumo final das famílias: contribuição no crescimento do PIB (%)

Fonte: Elaborado pelos autores

O maior volume de crédito propiciou maiores investimentos em bens de capital, aumentando a relação capital fixo/PIB. “Se por um lado o consumo das famílias seguiu em expansão expressiva, os fatores que condicionam a oferta agregada – investimento e importações – mostraram taxas de crescimento quase duas vezes maiores” (BORGES,

2007, p. 7). Essa realidade pode ser vista nos Gráficos 4 e 5, que mostram o aumento tanto das importações de bens de capital como o aumento deste no país durante o período de 2003 a 2013. Nesses seis anos as importações de bens de capital cresceram 420,5%, saindo de 7,2 em 2003 para 37,3 bilhões em 2013.

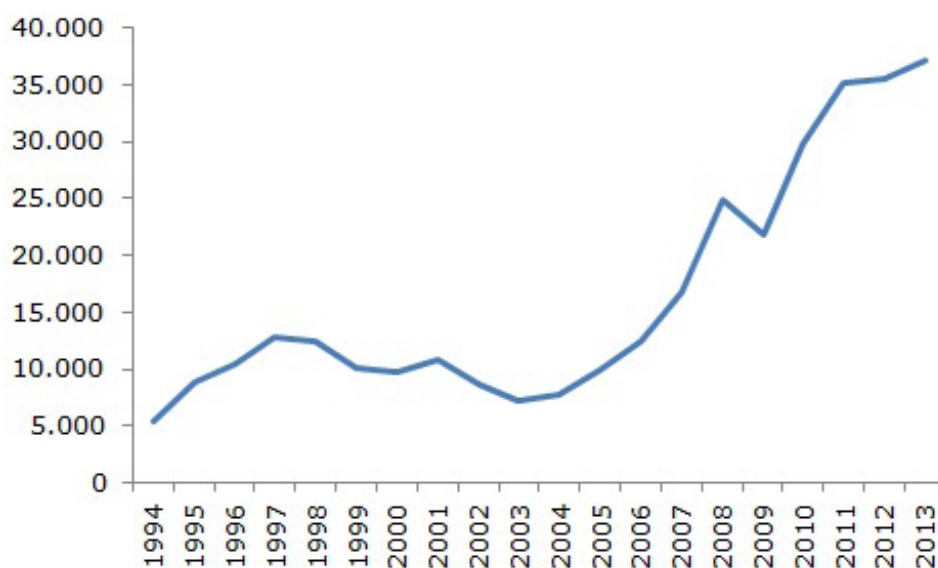


Gráfico 4 – Importações de bens de capital – FOB (milhões de US\$)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A alta na chamada Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) alcançou em 2010 a maior marca desde o início da série do IBGE, e foi o maior destaque do PIB, conforme pode ser observado no Gráfico 6.

Outro fator que contribuiu muito para o aumento do crédito no SFN foi a redução do *spread* bancário que, apesar de ainda estar muito alto, apresentou queda. Hoje o debate sobre essa questão

está em evidência, por causa da redução do crédito causada pela crise internacional e da necessidade de dar estímulo ao crédito como forma de minimizar os efeitos da crise. O problema é que o próprio cenário de instabilidade já é um motivo para se elevar os juros dos empréstimos, como forma de minimizar as perdas causadas por uma possível onda de inadimplência gerada pelos efeitos da crise.

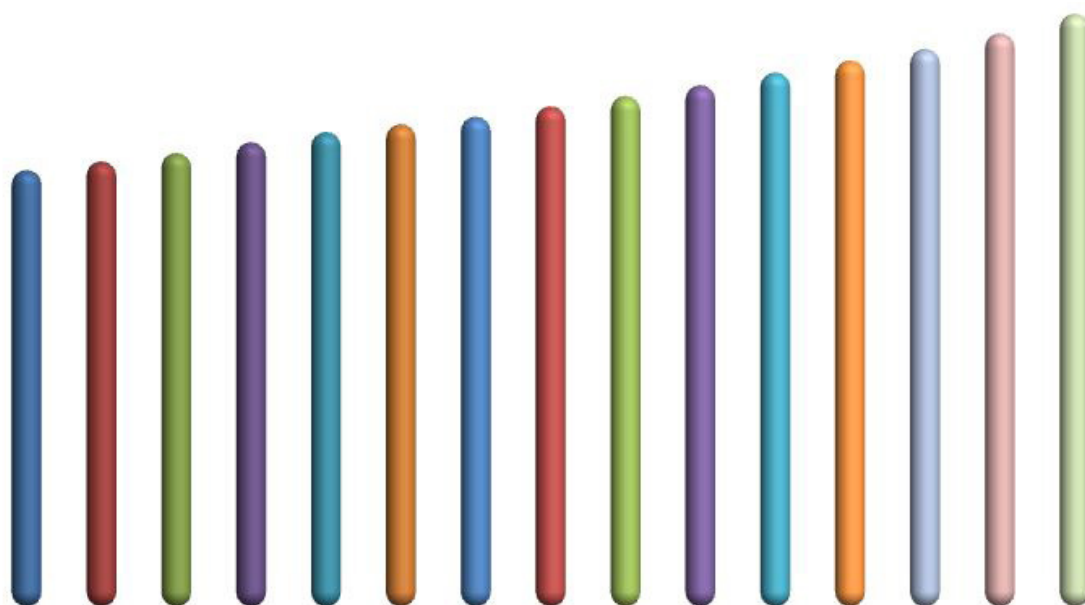


Gráfico 5 – Capital fixo – estoque bruto – total (R\$ de 2000 bilhões)

Fonte: Elaborado pelos autores.

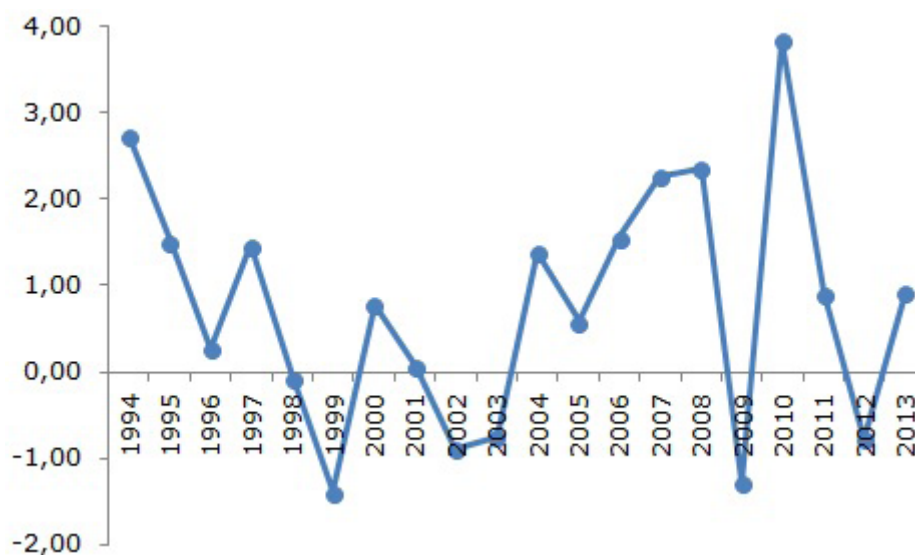


Gráfico 6 – Capital fixo (formação bruta) – contribuição no crescimento do PIB (%)

Fonte: Elaborado pelos autores

Além disso, existe no Brasil um histórico negativo que leva as instituições financeiras a cobrar elevadas taxas de juros. “O risco jurídico-institucional, por exemplo, tem como consequência introduzir incertezas no agente financeiro quanto ao recebimento, conforme contratado, do empréstimo que havia sido contraído por seu cliente” (IBRE, 2009, p. 6), sendo essa a maior causa de inadimplência no Brasil.

Essa dificuldade jurídico-institucional leva a grandes disparidades no que diz respeito ao investimento. Conforme Barros (2008, p. 8), “a maior dificuldade hoje das grandes empresas não é a falta de crédito, mas sim o juro cobrado sobre estes empréstimos”, tanto que a razão entre as operações de crédito e o PIB cresceu de forma significativa: de 24,60% para 56,00% (Tabela 1).

A estabilidade da economia brasileira alcançada com a melhora dos fundamentos macroeconômicos que vem ocorrendo desde a implantação do Plano Real, somada ao avanço econômico mundial dos últimos anos, propiciou, a partir de 2003, um ambiente positivo para o crescimento da economia nacional. O Brasil apresentou substancial melhora

em índices determinantes para o crescimento sustentável da economia, como o controle da dívida externa, a inflação controlada, a queda da taxa SELIC, o aumento do nível de investimento e a diminuição da taxa de desemprego, o que possibilitou um melhor desempenho da economia, sendo o aumento no nível de crédito observado no período um reflexo do bom momento vivido pela economia brasileira, apesar das oscilações.

Uma forma de se concluir a relação entre o crescimento da economia e o crédito está na correlação (0,99) positiva entre as duas variáveis. A relação positiva indica que quanto maior as operações de crédito (variável X), maior será o crescimento do PIB (variável Y) e do consumo das famílias. Esse resultado está longe de ser um exercício econométrico, mas aponta para resultados interessantes. Em primeiro lugar, uma parte razoável dessa relação é explicada por essa relação linear. É muito claro que deve existir uma infinidade de outras variáveis que expliquem a variação do produto, sendo que essa é apenas uma delas. No Gráfico 7, nota-se que Y (PIB) é resultado de $0,7388x - 968727$.

Tabela 1 – Relação entre crédito e PIB

Ano	PIB (R\$)	Operações de crédito aos setores público e privado em dezembro de cada ano (R\$)	Relação Crédito/PIB (%)
2003	1.699.948,00	418.187,208	24,60
2004	1.941.498,00	498.770,83	25,69
2005	2.147.239,00	607.024,46	28,27
2006	2.369.484,00	732.644,528	30,92
2007	2.661.344,00	935.994,68	35,17
2008	3.032.203,00	1.227.435,77	40,48
2009	3.239.404,00	1.414.323,78	43,66
2010	3.770.084,87	1.705.963,40	45,25
2011	4.143.013,34	2.029.662,23	48,99
2012	4.392.094,00	2.359.162,84	53,60
2013	4.844.815,08	2.713.096,44	56,00

Fonte: Elaborado pelos autores

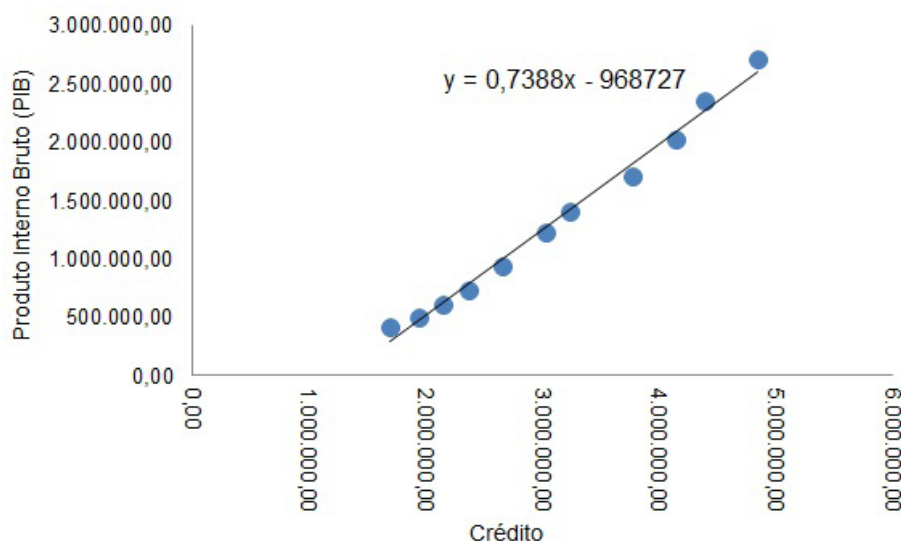


Gráfico 7 – Relação entre Crédito e Produto Interno Bruto (PIB)

Fonte: Dados da pesquisa

3.2. A indústria automobilística brasileira no período recente

Este estudo explora a dinâmica de crescimento da indústria automobilística no Brasil, a partir da teoria apresentada anteriormente. Sua escolha para este estudo foi feita com base em seu entrelaçamento com diversas outras indústrias, estando diretamente associada à produção e geração de emprego e renda, além de possuir uma das mais complexas estruturas industriais. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), o setor automobilístico compreende os automóveis leves (automóveis de passageiros, uso misto e comerciais leves), além de caminhões e ônibus. Esse setor, demandante de alta tecnologia e grande volume de capital, segundo Silva (2001), enfrentou sua maior mudança a partir da década de 1990, quando o governo realizou a abertura desse mercado, possibilitando a entrada de novas empresas estrangeiras, aumentando a preocupação com a concorrência. Nas palavras do autor,

a economia brasileira passou por fortes transformações, priorizando-se a política de valorização cambial

nos primeiros anos do Plano Real e a abertura do mercado, que interferiram no cotidiano da indústria automobilística e fizeram com que houvesse uma reestruturação nesse mercado. (SILVA, 2001, p. 47).

Nos últimos anos, o setor passou por grandes mudanças relacionadas à produção e comercialização. No período compreendido entre 2005 e 2013, a produção de automóveis no Brasil aumentou em 35,4%, indo de 2.011.817 para 2.722.979 unidades produzidas (Tabela 2). As vendas de automóveis aumentaram em 102,4% no período, passando de 1.365.449 unidades para 2.763.718 unidades (Tabela 3). Já as exportações reduziram em 41,9%, passando de 684.260 unidades em 2005 para 397.218 unidades em 2013 (Tabela 6).

Ultimamente, o mercado automobilístico brasileiro vem se preocupando com o crescimento da produção, vendas e exportações. A produção de automóveis se manteve estável no período entre 2001 e 2003 segundo a ANFAVEA, iniciando um crescimento de 26,78% em 2004, o que pode ser resultado do aumento das exportações, de expectativas positivas das montadoras em relação ao mercado, da redução de 3% do Imposto

sobre Produtos Industrializados (IPI) em agosto de 2003 e da redução de 10% na taxa SELIC (Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia) também em 2003 (FENABRAVE, 2003). No ano de 2005 ocorreu um crescimento menor quando comparado a 2004 (9,22%), por consequência da política monetária do momento. Porém, seu crescimento deve-se à maior disponibilidade de crédito e financiamentos com prazos mais acessíveis. Já em 2006 ocorreu um pequeno aumento de 3,1% e, em 2007, de 14,7%, que perpetuou com aumentos até 2010. Em 2011, a produção caiu 11,3% e voltou a aumentar 5,2% em 2013 (Tabela 2).

Tabela 2 – Produção de automóveis no Brasil entre 2005 e 2013 (em unidades)

ANO	TOTAL	%
2005	2.011.817	-
2006	2.073.496	3,1
2007	2.377.828	14,7
2008	2.561.496	7,7
2009	2.577.739	0,6
2010	2.823.949	9,6
2011	2.505.241	-11,3
2012	2.589.236	3,4
2013	2.722.979	5,2

Fonte: Elaborado pelos autores

De acordo com a FENABRAVE (2003), o aumento das vendas de automóveis em 2004 (18,08%) foi influenciado por uma taxa de juros real menor, uma melhora real na renda, e das melhores condições de crédito, além das novas operações de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desde 2003, as vendas de carros vêm em constante crescimento, e mesmo com a crise iniciada em 2007, o ano ainda foi positivo, registrando um crescimento de 28,0% (Tabela 3).

Outro motivo para o crescimento da produção e das vendas, a partir de 2003, pode ter sido a aceitação, pelos consumidores, dos motores *Flex Fuel*, que permitem o abastecimento com mais de um combustível.

É importante diferenciar a modalidade de pagamentos na venda de automóveis, buscando explicar que, no Brasil, foi a concessão de crédito que incentivou o aumento das vendas durante esse período e não o aumento da renda dos consumidores, ou seja, devemos comparar as vendas à vista e a prazo, além dos juros para financiamento de automóveis, que diminuíram acentuadamente de 2003 para 2004, coincidindo com um grande aumento nas vendas de automóveis, que também demonstra uma maior porcentagem nas vendas a prazo.

Observando as Tabelas 3, 4 e 5, as vendas de veículos no Brasil vêm aumentando desde 2005, acompanhada de queda nas taxas de juros para financiamento e conseqüentemente com aumento nas vendas a prazo, o que demonstra grande importância na concessão de crédito para essa indústria, ou seja, o crédito tem um papel fundamental para esse setor da economia brasileira.

Tabela 3 – Vendas de automóveis no Brasil entre 2005 e 2013 (em unidades)

ANO	TOTAL	%
2005	1.365.449	-
2006	1.555.450	13,9
2007	1.991.410	28,0
2008	2.227.756	11,9
2009	2.527.897	13,5
2010	2.692.041	6,5
2011	2.647.255	-1,7
2012	2.851.540	7,7
2013	2.763.718	-3,1

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 4 – Modalidade de pagamentos na venda de veículos no Brasil entre 2001 e 2013

Ano	À vista	Financiados	Leasing	Consórcio
2001	32%	33%	20%	15%
2002	34%	40%	15%	11%
2003	40%	43%	9%	8%
2004	34%	47%	10%	9%
2005	33%	45%	15%	7%
2006	32%	45%	18%	5%
2007	34%	32%	30%	4%
2008	36%	22%	38%	4%
2009	39%	33%	23%	5%
2010	37%	46%	11%	6%
2011	38%	50%	5%	7%
2012	39%	51%	2%	8%
2013	37%	53%	2%	8%

Fonte: Elaborado pelos autores

Tabela 5 – Média de juros para aquisição de veículos no Brasil – Pessoa Física (% a.a)

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2001	34,9	34,5	33,6	36,2	37,4	38,6	42,0	44,3	44,3	45,7	40,4	38,2
2002	42,0	41,9	40,8	37,1	38,9	42,7	50,4	50,0	47,4	53,0	54,9	55,5
2003	53,9	53,2	53,5	50,3	47,4	45,1	42,9	41,4	38,8	37,3	36,6	36,9
2004	36,1	35,7	35,1	35,0	35,3	36,3	36,1	36,3	35,7	35,6	35,6	35,6
2005	36,5	36,2	36,7	37,0	37,4	36,9	36,1	35,7	35,9	35,6	34,9	34,8
2006	35,3	35,2	34,4	34,1	33,3	33,3	32,6	32,9	33,0	33,0	33,1	32,3
2007	32,7	32,0	31,2	30,5	29,8	29,4	28,7	28,7	28,6	28,4	28,5	28,8
2008	31,2	31,2	30,1	29,8	30,6	31,1	33,5	33,3	33,1	34,2	37,7	36,5
2009	34,7	31,8	29,7	29,9	29,2	26,9	26,9	26,2	24,9	25,6	25,3	25,4
2010	25,2	24,1	23,5	23,5	24,8	23,6	24,0	23,4	23,3	23,5	22,8	25,2
2011	27,2	27,3	28,0	28,4	28,3	28,1	28,0	27,4	26,2	26,2	25,9	25,3
2012	25,5	25,6	25,4	24,8	22,6	20,2	20,7	20,3	21,1	20,5	20,5	19,8
2013	20,5	20,5	19,7	19,9	19,7	19,5	20,3	21,2	21,6	20,8	21,3	21,3

Fonte: Elaborado pelos autores

Já entre as exportações, houve um aumento significativo entre 2001 e 2004 (94,1%), podendo ser resultado de estratégias das montadoras em manter a produção no Brasil, buscando economias de escala e reduzindo o custo de

mão de obra. Já em 2007 e 2008 houve declínio das exportações, o que pode ser explicado pela crise global, que teve início em 2007, acompanhada de uma redução da oferta de crédito (Tabela 6).

Tabela 6 – Exportações brasileiras de automóveis entre 2005 e 2013 (em unidades)

ANO	TOTAL	%
2005	684.260	-
2006	635.785	-7,1
2007	588.341	-7,5
2008	558.207	-5,1
2009	373.747	-33,0
2010	615.989	64,8
2011	518.570	-15,8
2012	306.629	-40,9
2013	397.218	29,5

Fonte: Elaborado pelos autores

O aumento da oferta de crédito para esse segmento industrial está associado a estratégias das instituições financeiras visando ampliar sua atuação nesse mercado, por meio da introdução de produtos de crédito adaptados ao perfil específico dessa clientela. Essa postura vem ocorrendo para atender à demanda mais intensa de recursos por parte desse setor econômico, destinada a financiar a expansão de seus gastos com capital de giro e financiamentos, tendo em vista o crescimento da atividade industrial e das vendas no comércio.

No final de 2008, como em 2003, o governo reduziu o IPI para estimular as vendas de carros no comércio, além do Banco Central manter uma política de queda da taxa SELIC, buscando estimular a demanda agregada, aumentando o consumo. Tudo isso explica o aumento das vendas de carros no Brasil em 2008, mesmo com a crise global atuante.

Durante o período de 2001 a 2008 houve crescimento na produção e venda de automóveis no Brasil, o que pode ser explicado por reduções na taxa SELIC e IPI, como afirmado anteriormente, mas o papel do crédito tem sido fundamental, sendo facilitado pelas reduções dos juros para financiamento de veículos, que vêm diminuindo nos últimos anos.

A indústria automobilística brasileira corresponde a uma das mais importantes para a economia do país. Dessa forma, o governo estará sempre

buscando instrumentos para estimular as vendas, produção e exportação, como nos últimos anos, mantendo esse setor sempre em crescimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de crédito brasileiro sofre há tempos com a instabilidade macroeconômica e da alta inflação, sendo uma das causas das baixas relações crédito/PIB do país. Porém, desde que a inflação foi controlada e com a implantação do Plano Real em 1994, a quantidade de crédito concedido às famílias aumentou substancialmente.

As taxas de juros no Brasil, que estão entre as maiores do mundo, são resultantes de uma política monetária rígida, mantendo altas as taxas de captação dos bancos. A ineficiência dos bancos e as taxas de inadimplência elevadas no Brasil têm papel relevante nas concessões de crédito. A existência de uma boa garantia aos credores contribui para reduzir as taxas de juros dos bancos.

Dessa forma, o judiciário brasileiro tem um papel importantíssimo na concessão de crédito e no bom funcionamento do sistema financeiro. Os direitos dos credores são fragilmente protegidos pelos regimes legal e judicial no Brasil, sendo a preferência dada pela Lei de Falências aos trabalhadores e o fisco

um dos principais fatores que eliminam a proteção que supostamente deveria ser dada aos credores.

O custo do crédito no Brasil permanece extremamente alto. Mesmo nas operações de baixo risco, como o crédito consignado em folha de pagamento e a aquisição de veículos. Além da SELIC, existem outros determinantes do custo do crédito, como o risco da inadimplência, os custos administrativos bancários, a qualidade das garantias, os entraves jurídicos na recuperação dos valores e o peso da tributação sobre as transações financeiras.

Porém, a expansão do crédito no Brasil nesse recente período está relacionada principalmente aos incentivos propostos pelo governo federal, mais especificamente a partir de 2003. O governo ainda precisa acabar com a burocracia, reduzir impostos, simplificar a legislação, evitar o protecionismo, estimular as empresas e incentivar os investimentos para que o crédito desonere a renda do

cidadão e o potencial para estimular o consumo e a atividade econômica sustentem-se e não dependam apenas de estímulos pontuais da economia.

Em geral, estudos anteriores apresentam divergências em relação às variáveis relacionadas à disponibilidade de crédito no Brasil, o que dificulta a conclusão analítica. Embora este trabalho não forneça resposta definitiva e que leve a um consenso, oferece os indícios, com descrição estatística para o período recente, auxiliando no aprofundamento das discussões sobre o assunto, ao analisar a expansão do crédito no país.

Porém, o tema abordado neste trabalho não se esgota. Futuros trabalhos podem avaliar com maior profundidade o impacto de variáveis que representem a política monetária brasileira, além de avaliar outros períodos. Além disso, caso o foco não recaia sobre as variáveis institucionais, a base de dados pode ser feita em termos mensais e não anuais.

REFERÊNCIAS

AL-YOUSIF, Y. K. Financial development and economic growth: another look at the evidence from developing countries. *Review of Financial Economics*, v. 11, n. 2, p. 131-150, 2002.

Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Estatísticas. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br/tabelas.html>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

Associação Nacional das Empresas Financeiras das Montadoras (ANEF). Dados Estatísticos. Disponível em: <<http://www.anef.com.br/dados-estatisticos.html>>. Acesso em: 29 jun. 2014.

BAE, K. H.; GOYAL, V. K. Creditor rights, enforcement, and bank loans. *The Journal of Finance*, v. 64, n. 2, 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito – 2007. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 09 jun. 2014.

BARROS, G. Lula afirma que não vai faltar crédito. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 dez. 2008. Caderno Dinheiro.

BARROS, G. Operações de crédito devem superar R\$ 1 tri. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 dez. 2007. Caderno Dinheiro.

BORGES, B. L. PIB não se acelera nem ameaça meta de inflação. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 set. 2007. Caderno Dinheiro.

BRASIL. Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 fev. 2005.

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, F. J. C. de et al. *Economia monetária e financeira: teoria e política*. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier-Campus, 2007. 385 p.
- DJANKOV, S.; MCLIESH, C.; SHLEIFER, A. Private credit in 129 countries. *Journal of Financial Economics*, v. 84, n. 2, p. 299-329, 2007.
- Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (FENABRAVE). Anuário da Distribuição de Veículos Automotores no Brasil. 2003. Disponível em: <<http://www.tela.com.br/download/anuario2003.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2014.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. revisada e atual. Curitiba, PR: Positivo, 2004. 2120 p.
- FLORENZANO, V. D. *Sistema financeiro e responsabilidade social: uma proposta de regulação fundada na teoria da justiça e na análise econômica do direito*. São Paulo, SP: Textonovo, 2004. 210 p.
- GLEN, J.; MONDRAGÓN-VÉLEZ, C. Business cycle effects on commercial bank loan portfolio performance in developing economies. *Review of Development Finance*, v. 1, n. 2, p. 150-165, 2011.
- Instituto Brasileiro de Economia (IBRE). *Spread bancário no Brasil: nem todas as armas foram usadas*. Carta do IBRE: Abril de 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/dgd/asp/index.asp>>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- KEYNES, J. M. (1936). *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1983.
- KALECKI, M. (1954). *Teoria da dinâmica econômica: ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*. São Paulo, SP: Abril Cultura, 1983. 204 p.
- MATIAS, A. B. Crédito e planos econômicos. *Revista de Administração*, v. 34, n. 2, p. 39-46, 1999.
- OLIVEIRA, R. F.; SCHIOZER, R. F.; LEÃO, S. Atuação de bancos estrangeiros no Brasil: mercados de crédito e derivativos de 2005 a 2011. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 15, n. 2, p. 162-198, 2014.
- PAGANO, M.; JAPPELLI, T. Information sharing in credit markets. *Journal of Finance*, v. 43, n. 5, p. 1693-1718, 1993.
- PINHEIRO, A. C. Direito e Economia num Mundo Globalizado: Cooperação ou Confronto? *Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo, v. 7, n. 23, p. 363-390, 2003.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. *Microeconomia*. São Paulo, SP: Pearson, 2006. 641 p.
- SHUMPETER, J. A. (1911). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1997. 229 p.
- SILVA, C. L. Competitividade e estratégia empresarial: um estudo de caso da indústria automobilística brasileira na década de 1990. *Rev. FAE*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 35-48, 2001.
- TSAI, H.; CHANG, Y.; HSIAO, P. H. What drives foreign expansion of the top multinational banks? The role of the credit reporting system. *Journal of Banking & Finance*, v. 35, n. 3, p. 588-605, 2011.
- VARIAN, H. R. *Microeconomia: princípios básicos: uma abordagem moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier-Campus, 2006. 807 p.